

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À  
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS  
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO  
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

**Reunião n.º 28**

14 de outubro de 2020

(17:16 h – 19:06 h)

**Ordem do dia:**

Audição do Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, Dr. Francisco George.

Acompanhado por:

- Diretora Geral da Cruz Vermelha, Dr.ª Dulce Ferreira
- Diretor de Operações, Dr. Ricardo Garcia
- Diretora Jurídica e Advogada da Instituição, Dr.ª Paula Cremon

**Presidente da Comissão:** Joaquim Barreto (PS)

**Deputados oradores:** José Rui Cruz (PS)

Ana Passos (PS)

Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Ricardo Vicente (BE)

João Dias (PCP)

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estamos em condições de iniciar os nossos trabalhos.

*Eram 17 horas e 16 minutos.*

Boa tarde, Sr. Presidente da Cruz Vermelha, Dr. Francisco George.

O Sr. Doutor faz-se acompanhar da Sr.<sup>a</sup> Diretora Geral da Cruz Vermelha, Dr.<sup>a</sup> Dulce Ferreira, do Sr. Diretor de Operações, Dr. Ricardo Garcia e da Sr.<sup>a</sup> Diretora Jurídica, advogada da instituição, Dr.<sup>a</sup> Paula Cremon.

Estamos numa reunião da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Atuação do Estado na Atribuição de Apoios na Sequência dos Incêndios de 2017 na Zona do Pinhal Interior, hoje com a presença da Cruz Vermelha, e a sua delegação, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD.

De acordo com o que foi definido, em termos de grelhas, a entidade depoente dispõe de um período de 15 minutos, se o quiser usar, e depois cada partido tem, numa primeira ronda, oito minutos no modelo pergunta/resposta, respondendo Os depoentes no tempo que entenderem, aí já com liberdade de uso do tempo.

Quero agradecer à Cruz Vermelha Portuguesa, na pessoa do Sr. Dr. Francisco George, é para mim um gosto reencontrá-lo, pois já nos conhecemos há muitos anos. É, portanto, repito, um gosto reencontrá-lo como amigo, tivemos já algumas lutas comuns e hoje estamos aqui numa situação diferente. Eu, como Presidente em exercício, porque o nosso Presidente pediu-me para desempenhar esta função, e vou procurar fazê-la da melhor forma, com total imparcialidade, para que no final todos possam dizer que valeu a pena fazermos esta audição.

Assim sendo, e depois de ter dado estas informações ao Dr. Francisco George de que poderia usar de 15 minutos iniciais, ele próprio me referiu que, na fase inicial, só pretenderia usar cinco minutos.

Sr. Dr. Francisco George, muito obrigado, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Francisco George** (Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa): — Sr. Presidente em exercício, tenho imenso gosto, no plano pessoal e no plano institucional, em representar a Cruz Vermelha Portuguesa e tenho também muito gosto em apresentar os meus colegas da Cruz Vermelha Portuguesa, que conhecem bem o *dossier* e que lidaram de perto com ele, uma vez que, como saberão, eu fui empossado pelo Primeiro-Ministro como Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, em 23 de novembro de 2017, pelo que na fase dos incêndios, e nos primeiros momentos da organização do Estado para proteger os cidadãos aí residentes, eu tinha outras funções também públicas e, aliás, foi nesse contexto que, muitas vezes, me desloquei à Câmara Municipal de Pedrógão Grande, mas, como disse, antes de ter abandonado as minhas anteriores funções uma vez que por força da lei em outubro completei 70 anos de idade.

Logo a seguir fui eleito Presidente da Cruz Vermelha, eu costumo dizer que tive cinco dias de reforma, de vida de aposentado.

Agora, como Presidente da Cruz Vermelha, queria aqui assumir todas as responsabilidades, se bem que esteja certo de que não há responsabilidades a serem assumidas pela Cruz Vermelha, aliás, no plano institucional, estou certo de que a nossa atividade durante os incêndios e as questões aqui levantadas no contexto da Comissão de Inquérito são bem reveladoras das boas práticas que foram seguidas. Aliás, devo dizer que estas boas práticas foram atestadas sucessivamente pelo Tribunal de Contas, pela Polícia Judiciária, pelo Ministério Público e também pelos serviços da segurança social.

Teve aqui lugar uma homenagem à Dr.<sup>a</sup> Daniela Costa, que tinha sido designada no primeiro protocolo como a coordenadora da Cruz Vermelha para trabalhar neste âmbito. A Dr.<sup>a</sup> Daniela Costa desempenhou um papel meritório que foi reconhecido tendo-lhe o Dr. Fiolhais, em sede desta Comissão, feito justamente um grande elogio, porque nenhum funcionário da Cruz Vermelha, nem sequer a instituição, recebeu qualquer contrapartida financeira pelo trabalho desenvolvido no contexto que está agora a ser analisado.

Portanto, a Cruz Vermelha Portuguesa não tem qualquer atividade direta no plano da gestão financeira dos assuntos de Pedrógão e, pelo contrário, tenho aqui uma nota do Tribunal de Contas que diz que «o apetrechamento das habitações decorreu de acordo com a estratégia definida de acordo com o recurso a uma base de dados de bens doados num procedimento que se afigura sem reparos». Esta é uma nota parcial do Tribunal de Contas, mas também a Polícia Judiciária e o Ministério Público, depois de uma investigação demorada, concluíram que a Cruz Vermelha é uma das entidades lesadas e que através de um certificado que foi entregue, aliás, foi-me entregue pessoalmente, podia mover um processo cível em relação às pessoas que lesaram a Cruz Vermelha Portuguesa no sentido não só reputacional mas também nesse.

Por outro lado, e por último, gostava de salientar que a própria Assembleia da República distinguiu a Cruz Vermelha Portuguesa na sua atividade durante os incêndios. Distinguiu-a com o prémio anual de direitos humanos, com uma condecoração que nós exibimos com muito orgulho no museu, acompanhada de um cheque de 25 000 €, pelo papel que a Cruz Vermelha desempenhou nesse contexto.

Portanto, estou aqui com muito gosto, estou aqui com o sentimento de dever participar no esclarecimento das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados e estou

certo de que poderemos, eu e os meus colegas, dar alguns contributos para o esclarecimento dos factos e da verdade.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Tem a palavra o Sr. Deputado José Rui Cruz, do Partido Socialista.

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Francisco George e a sua comitiva em representação da Cruz Vermelha.

Agradeço a sua intervenção inicial e os contributos que nos trouxe nesta fase inicial e, em nome do Partido Socialista, gostaria de agradecer a vossa presença e de fazer uma nota prévia no sentido de dizer que esta é uma Comissão Eventual que tem estado a funcionar e que tem como foco a atribuição de apoios públicos aos incêndios de junho de 2017. É importante que seja focada a data de junho de 2017, porque é exatamente sobre estes incêndios que importa falarmos, porque, quatro meses depois houve outros incêndios — como bem nos lembramos —, mas importa centrarmo-nos nos desta região.

Em relação ao que acabámos de ouvir e em relação a toda a audição de hoje, que foi requerida pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Partido Socialista não tem qualquer dúvida de que aquilo que acabou de ouvir da voz do Sr. Presidente é evidente, nós não temos nenhum escrutínio a fazer à Cruz Vermelha Portuguesa, nem temos qualquer dúvida que a Cruz Vermelha Portuguesa foi sempre uma parte da solução, isto é, contribuiu para ajudar naquilo que era um problema grave com que nos deparámos no momento.

A Cruz Vermelha foi uma grande ajuda para resolver problemas que eram dos portugueses e para os quais não estávamos preparados para resolver, como ouvimos aqui ao longo destes meses, e foi um parceiro fundamental que nos ajudou, de uma forma imediata, a resolver, para além de um assunto que teve um enfoque especial que foi o da criação de uma

comissão logística de apetrechamento que a Cruz Vermelha coordenou e que permitiu fazer, de uma forma muito difícil, durante aqueles primeiros meses a seguir aos incêndios, a coordenação de um conjunto de donativos diversos, que permitiram fazer o apetrechamento das diversas casas intervencionadas e fazer igualmente uma base de dados.

Toda esta coordenação logística foi feita sem grandes alaridos, de uma forma coordenada e competente, e nós não temos nenhum reparo a fazer, muito pelo contrário temos é de agradecer e reconhecer o bom trabalho que foi feito.

As perguntas que eu gostaria de fazer são as seguintes: quando acontecem os incêndios de 2017, os de junho, a Cruz Vermelha vai para o terreno, mas quando vai para o terreno não vai com esta função da coordenação logística, vai com outra intenção. No início, a Cruz Vermelha foi com que intenção?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente, faça favor, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Sr. Deputado, muito obrigado pelas suas palavras e devo dizer-lhe que confirmo que a intervenção da Cruz Vermelha, no plano da coordenação e neste que agora vou focar, foi a troco de nada.

Portanto, faz parte do ADN da Cruz Vermelha trabalhar no sentido da redução do sofrimento humano, em particular como resposta a catástrofes, assim sempre aconteceu incluindo, naturalmente, em junho. Estávamos no mandato do meu antecessor e, naturalmente, as equipas de emergência deslocaram-se imediatamente para o local a fim de organizarem uma segunda frente de apoio às populações locais.

Como lhe disse, Sr. Deputado, eu, nessa altura, desloquei-me à região, muitíssimas vezes, cheguei, aliás, nas funções que tinha, a coordenar reuniões na câmara municipal para defesa dos interesses da saúde pública, coordenei os trabalhos de saúde pública nessa altura e lembro-me muito bem de ver as ambulâncias, os carros e os trabalhos da Cruz Vermelha Portuguesa e não sei até se não terei tido ali um interesse especial perante a riqueza do apoio que foi dado nessa altura.

Esta é a missão que a Cruz Vermelha sempre cumpre, amanhã se surgir algum problema naturalmente estará lá a Cruz Vermelha como aconteceu nas inundações do Funchal, por exemplo. Portanto, esta é a missão e o ADN da Cruz Vermelha Portuguesa.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Deputado José Rui Cruz, faça favor.

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Sr. Presidente, naquela fase pós-incêndios houve um conjunto de pessoas e de portugueses que se encontravam espalhados pelo mundo que mostraram interesse em colaborar. alguns através de donativos, através de transferências bancárias, mas também alguns através de bens doados.

Essa logística foi difícil e implicou que naqueles três concelhos houvesse necessidade de ter uma base de dados adequada à dimensão de toda aquela região, atendendo ao enorme conjunto de bens que foi necessário colocar nessa base, adequá-los, depois, ao conjunto de habitações que posteriormente iriam ser remodeladas, reconstruídas, porque, posteriormente, é que iriam ser necessários esses equipamentos e esse apetrechamento das casas, sendo certo que também sabemos que grande parte desses equipamentos que iam sendo doados, muitos deles através do

protocolo e dos acordos que foram feitos, seriam fornecidos, posteriormente, consoante as casas iam sendo terminadas.

Foi assim que funcionou? Confirma esta versão? Gostaria de ouvir a resposta da vossa parte.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Em relação à primeira parte da questão que formulou, devo dizer-lhe, Sr. Deputado, sem pôr em causa a grande generosidade do povo português, que assisti a uma das maiores confusões que se pode imaginar no que respeita às doações, em particular de vestuário.

Ninguém aqui, nesta mesa, imagina o que é o trabalho de separar roupa reutilizável de roupa que não tem utilidade, e as toneladas que foram recebidas naqueles armazéns da câmara municipal... Não resisto a dizer, Sr. Deputado, que agora — não foi na altura, é agora —, passados estes três anos ou mais, quando olho para trás e vejo a câmara municipal, a sua dimensão, o seu pessoal e as fragilidades imensas, por exemplo, de gabinetes técnicos inexistentes, percebo bem o que é que aconteceu para aprovar obras, para aprovar licenças, projetos, reconstruções... Imagino! Mas é olhando para trás.

A verdade é que, naquele momento, estávamos num território que tem uma câmara municipal, com os seus representantes eleitos, e, tal como acontece em qualquer outro município, a Cruz Vermelha Portuguesa deposita uma enorme confiança naqueles que são eleitos pela população. Assim acontece, hoje mesmo, com Cascais, com Lisboa ou com Sintra. Estamos em permanente contacto com os autarcas e só através deles conseguimos fazer o nosso trabalho humanitário, eu diria.

Sr. Presidente, se me dá licença, não sei se a Sr.<sup>a</sup> Diretora-Geral tem alguma coisa a acrescentar...

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dulce Ferreira, faça favor de prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dulce Ferreira** (Diretora-Geral da Cruz Vermelha): — Boa tarde a todos.

Sobre a questão concreta que o Sr. Deputado colocou, dos donativos que foram chegando, efetivamente, a Cruz Vermelha teve, como normalmente tem neste tipo de catástrofe, um papel de gestão daquilo que ia chegando e, efetivamente, aqui não foi diferente.

Como o Dr. Francisco disse houve alguma tentativa de fazer chegar à Cruz Vermelha bens que não eram reutilizáveis. Normalmente, neste tipo de situações, há, por parte das pessoas... Na tentativa de ajudar, se calhar, de alguma forma, as pessoas aproveitam para fazer alguma limpeza na casa e, portanto, chegou muita coisa que, efetivamente, não era de proveito para ninguém.

O custo de fazer essa separação era imenso e, portanto, não se justificava, mas, quanto àquilo que chegou e que era de proveito para as populações, a Cruz Vermelha fez a sua gestão e a inventariação, que mais tarde veio a ser afeta a este projeto, ao protocolo REVITA, e que foi reafectada ao apetrechamento das casas aquando da conclusão dos trabalhos e daquilo que se apurava serem as necessidades de cada uma das famílias e da casa que estava a ser concluída.

Portanto, sim, a Cruz Vermelha não só geria aquilo que nos chegava diretamente como aquilo que veio por via dos parceiros do próprio programa REVITA e da angariação de fundos que daí recorreu, face à visibilidade e às

necessidades que eram efetivamente demonstradas naquela situação de calamidade.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Sr. Presidente, posso deixar aqui um *print* da página da transparência que tem estas etapas iniciais?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Faça favor.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — A Cruz Vermelha Portuguesa, exemplarmente, mantém e atualiza a chamada «página da transparência», na *homepage* do seu *site*, onde estas questões estão todas refletidas em termos de descrição precisa daquilo que foi acontecendo. São resumos, naturalmente.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Muito obrigado.

Sr. Deputado José Rui Cruz, tem de novo a palavra.

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Sr. Presidente, das palavras que acabo de ouvir da Cruz Vermelha, posso então concluir que, num momento de grande dificuldade naquela região, a missão que foi confiada à Cruz Vermelha acabou por ser bem-sucedida, apesar de todos os constrangimentos e de todas as dificuldades do momento que se vivia. Ou seja, naqueles concelhos muito afetados, o Fundo REVITA precisava de um parceiro com esta capacidade e com estas características para gerir um processo que era urgente, e a Cruz Vermelha conseguiu fazer isso bem.

O relacionamento entre a Cruz Vermelha e o REVITA, e, além disso, com os restantes parceiros no terreno, com as câmaras municipais, com a Comissão de Coordenação, com as entidades da saúde — e não pergunto com o Sr. Diretor-Geral da Saúde, porque perguntar isso seria suspeito —,

com todos os atores locais que coabitaram, com muitos doadores informais que, diretamente, aí se deslocaram, terá, eventualmente, tido algumas dificuldades, pelo facto de algumas pessoas terem ido, diretamente, fazer doações sem passarem pelo crivo, isto é, pela triagem que estava a ser feita.

Todavia, posso concluir que, apesar de todos esses constrangimentos, com este conjunto de entidades públicas e com a colaboração de muitas outras pessoas, conseguiu fazer-se um trabalho muito meritório nestes territórios num período muito difícil para todos nós.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — É isso, Sr. Deputado.

Devo dizer-lhe que foi um orgulho ter estado na Assembleia da República para receber a medalha de Direitos Humanos da Assembleia da República. Os 25 000 € que a Assembleia da República endereçou como donativo à Cruz Vermelha Portuguesa foi o único montante de que a Cruz Vermelha Portuguesa beneficiou diretamente.

Houve sempre o cuidado de colocar as entidades, por um lado, locais, os eleitos pela população, que, aliás, tinham sido recentemente eleitos — julgo que as eleições foram em outubro nesse próprio ano... E também devo testemunhar uma certa ansiedade de recém-eleitos. Não sei se deva dizer isto ou não, mas estou aqui como cidadão e devo dizer-lhe que, nesse tempo, notei, na câmara municipal, uma certa emoção das entidades que a representavam ainda com o ato eleitoral muito próximo. Isto, testemunhei.

Não conhecia pessoalmente o presidente da câmara, mas conhecia muito bem a sua mulher, Isabel Alves — veja lá bem a pequenez deste mundo! —, porque foi secretária da Direção-Geral da Saúde durante muitos anos e, nessa qualidade, trabalhou comigo. Só a conhecia a ela, não conhecia o seu marido, mas, no plano pessoal, fiquei a pensar.... Atribuí isso, se

quiser, no plano psicossocial, à emoção do que se estava a viver. Enfim, fica aqui este meu testemunho.

Não posso falar sobre o presidente da câmara, com quem nunca mais falei, mas posso testemunhar que a sua mulher, que soube que estava na câmara, também, com algumas posições, é uma pessoa honrada.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Ainda durante a primeira ronda de perguntas no tempo do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Passos.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Francisco George e, na sua pessoa, toda a equipa da Cruz Vermelha Portuguesa.

Permitam-me, apenas, pedir ao Dr. Francisco George que especifique a que câmara é que se referia na resposta que acabou de dar.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — À de Pedrógão Grande, se bem que estivesse também, menos tempo, nos outros municípios, mas, sublinho, sempre na qualidade de Diretor-Geral da Saúde, função que desempenhei até ao dia 21 de outubro.

Portanto, estamos a falar da minha missão, durante os meses terminais do meu mandato de funcionário público durante 44 anos. Cheguei, durante a noite, a estar em missões, aliás, em direto, em outubro, com as populações locais. Acompanhei de muito perto e com grande emoção estes trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Passos, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — O Partido Socialista não tem dúvidas do trabalho meritório que a Cruz Vermelha Portuguesa desenvolveu, naquele período, naquela zona, e em muitas outras partes do País. Gostaríamos apenas de esclarecer que o objetivo desta Comissão é, precisamente, apreciar o processo de atribuição de apoios à recuperação das habitações na sequência dos incêndios de junho de 2017.

A Cruz Vermelha, como já aqui foi referido, teve um papel fundamental na elaboração de duas bases de dados: uma, dos donativos, dada pelos diferentes doadores; e outra relativa às necessidades das populações. Aliás, nos relatórios do REVITA até se fala que a Cruz Vermelha conhecia caso a caso, falava com cada família e ia a casa de cada uma delas.

Ao longo desse processo, moroso e delicado, alguma vez receberam alguma queixa ou denúncia de irregularidades?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente Francisco George, faça favor.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Sim. Peço para depois ser completado, porque não esclareci a Comissão de Inquérito de que, exatamente por ter tido um papel de relevo na fase final do meu mandato, este assunto foi... Desde o início, na Cruz Vermelha Portuguesa, depois da nomeação e da posse, em 23 de novembro de 2017, uma vice-presidente e uma equipa de especialistas, entre eles a Dr. Daniela Costa, aqui focada na audição do Dr. Fiolhais, ocupou-se deste pelouro. Infelizmente para nós, ela não pode dar aqui o seu testemunho porque, estando de plena saúde, teve um acidente doméstico e partiu aos 44 anos. Essa senhora, que tem sido homenageada internamente, era funcionária da Cruz Vermelha há 20 anos e assistente social, e desempenhou um papel notável a troco de nada — como disse, aliás, no seu depoimento, que tenho aqui gravado, o Dr. Rui Fiolhais

—, tal como outros funcionários, a troco, também, de nada, estiveram nesse trabalho de casa a casa.

Que isto fique claro: o trabalho de casa a casa era selecionado passivamente, isto é, nós íamos onde nos diziam para ir e sempre assim aconteceu. Não há seleção absolutamente nenhuma de qualquer donativo a qualquer família sem os responsáveis — ou da câmara, ou do Instituto de Segurança Social, ou da CCDR — o terem dito.

No momento em que surgiram dúvidas públicas, devo dizer-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que toda a intervenção da Cruz Vermelha foi suspensa, nomeadamente, em relação a uma das casas que tinha sido demolida, ao que parece, sem grande razão para ter sido, os donativos foram imediatamente interrompidos.

Em sede de Direção Nacional, deixei uma recomendação muito clara sobre este assunto, dizendo, nomeadamente, que as intervenções da Cruz Vermelha não podiam ser alvo de qualquer contaminação tóxica - a palavra usada foi exatamente essa.

Aliás, na ata diz-se: «Depois, o Presidente tomou a palavra e considerou fundamental apurar todas as responsabilidades nesta matéria, sublinhando a necessidade de ser firme e intransigente nesta área, afastando a instituição, a Cruz Vermelha, de todos aqueles que tenham cometido eventuais ilegalidades. Solicitou à Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente, a Comandante Lara Martins, que acompanhasse a Dr.<sup>a</sup> Daniela Costa na reunião que teve lugar no comité do Fundo REVITA».

Isto para dizer que é verdade que a Vice-Presidente e os funcionários da Cruz Vermelha, perante a menor suspeita da legitimidade de determinada obra, deram imediatamente ordens de suspensão.

Lembro-me — julgo que disse isso à Polícia Judiciária, mas não fui revisitar o *dossier* — que havia uma construção que terá sido demolida, a meu ver, sem ter os critérios devidos, é verdade, mas foi por indicação

daqueles que orientavam as ações da Cruz Vermelha. Diziam que era preciso dar 1000 €, ou 1500 €, para uma demolição, uma coisa desta ordem de grandeza. Diziam assim: «É preciso entregar um cheque de 1500 € de uma demolição». Depois, apurou-se que não estava lá, suspendeu-se. Mas, enfim, terá havido uma doação de 1500 € provavelmente indevida. Repito, provavelmente! Não sei, é provável que tenha acontecido, mas tudo fizemos por orientação de quem tinha de orientar.

O Dr. Ricardo Garcia gostaria de intervir, com a licença do Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Dr. Ricardo Garcia, Diretor de Operações, se quiser usar da palavra, faça favor.

O Sr. Dr. **Ricardo Garcia** (Diretor de Operações): — Sim, Sr. Presidente, obrigado.

No que toca à questão da Sr.<sup>a</sup> Deputada, de facto, em relação às 60 casas que a Cruz Vermelha apoiou, nomeadamente quanto às famílias que estavam lá, os contactos eram regulares e nunca houve qualquer suspeita nem qualquer tipo de denúncia por parte das famílias que apoiámos.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Passos, tem a palavra, para prosseguir com as perguntas.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Têm o número de quantas intervenções fizeram no terreno?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Dr. Ricardo Garcia, tem a palavra, para responder.

O Sr. Dr. **Ricardo Garcia**: — Basicamente, sim. Apoiámos, até agora, 60 habitações, com 60 famílias, de diferentes agregados familiares.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Passos, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Uma última pergunta, para terminar.

Conhecem alguma família que tenha ficado por apoiar, ou que tenha ficado fora dos apoios?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Dr. Ricardo Garcia, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Ricardo Garcia**: — Apoiámos 60, até este momento, e o objetivo eram 76. Temos ainda 16 casas, que estão em diferentes fases: umas estão em construção ainda, aguardam documentos, e umas estão suspensas, por uma questão judicial.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Esgotou-se, assim, o tempo de intervenção do Partido Socialista. Agora, é a vez do Partido Social Democrata.

Sr. Deputado Hugo Oliveira, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Francisco George, na sua pessoa, cumprimento todos os representantes da Cruz Vermelha aqui presentes.

Deixe-me transmitir-lhe o enorme respeito que tenho pela Cruz Vermelha Portuguesa e por aquilo que esta representa.

Agradeço, naturalmente, em nome do PSD, o facto de estar aqui e quero também transmitir que não há qualquer tipo de atitude persecutória por parte do PSD nesta matéria. Queremos, como já disse, apurar a verdade, para poder precaver situações futuras. É apenas isso que nos move.

Aliás, permita-me acrescentar que, pessoalmente — não fosse eu também sócio da Cruz Vermelha —, tenho todo o gosto em poder falar nestas matérias.

De facto, a Cruz Vermelha assinou um protocolo com a Câmara Municipal de Pedrógão Grande, onde se comprometia a financiar, na totalidade, cinco habitações, com limite a um orçamento. Mas, mais tarde, houve uma notificação de que haveria irregularidades no cumprimento desses critérios.

Sei que já disse, há pouco, que não foi a Cruz Vermelha que seleccionou as casas para reconstruir, mas disse também, há pouco, que «fizemos tudo com a orientação de quem tinha de orientar».

Aquilo que pergunto muito claramente é o seguinte: estava a falar de quem?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, estava a falar dos representantes das populações, nomeadamente dos elementos que integravam a junta de freguesia e a câmara municipal, em particular a câmara municipal, no que respeita ao município de Pedrógão Grande. Julgo saber — os meus colegas saberão melhor do que eu — que os critérios terão sido definidos no contexto da CCDR.

Se der licença, Sr. Deputado, a Dr.<sup>a</sup> Dulce Ferreira poderá acrescentar mais.

Mas, antes disso, gostava de agradecer as suas palavras e de dizer, naturalmente, que o Sr. Deputado e os seus pares, do seu grupo parlamentar, têm sido muito bem-vindos à cooperação com a Cruz Vermelha Portuguesa. Temos exercícios recentes fantásticos com municípios que são governados, no plano eleitoral, pelos representantes do mesmo partido, com quem mantemos uma ligação muito estreita. Sendo, nós, uma organização neutral, absolutamente neutral, mantemos relações de cooperação exemplares com muitos dos municípios portugueses na área do partido de V. Ex.<sup>a</sup>.

Agora, Sr. Presidente, posso passar a palavra à Dr.<sup>a</sup> Dulce, para responder a esta questão concreta.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Dr.<sup>a</sup> Dulce Ferreira, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dulce Ferreira**: — Sobre a questão que colocou, desde o início deste processo, a Cruz Vermelha apresentou a sua disponibilidade financeira para a aplicação direta na construção de cinco casas, como disse, deixando bem claro perante os intervenientes, quem estava a gerir e a acompanhar os processos técnicos de avaliação das pessoas que diretamente iriam usufruir dessas reconstruções de casas, que a Cruz Vermelha não tinha competência técnica para fazer o acompanhamento da construção, da validação, ou seja, de qualquer âmbito que fosse relacionado com construção civil. Não temos essa competência e, portanto, não faria sentido.

Todas essas competências que antecederam a construção, como a escolha das casas que estariam ao abrigo dos donativos da Cruz Vermelha, não foram uma escolha nossa, foi-nos apresentado. Aliás, foi um processo muito claro. Foi assim: «Temos 390 000 €, portanto, atribuem-nos habitações para reconstrução».

Portanto, desde esse processo até àquele que culminava no pagamento efetivo, na validação de autos de medição e dos trabalhos efetivos que eram executados no terreno, essa competência não era nossa, estava dada à câmara municipal, e era com base nessa informação técnica de autos de medição devidamente validados que a Cruz Vermelha procedia ao pagamento direto aos empreiteiros, em função daquilo que nos chegava.

Foi nesse sentido, com as outras entidades. Não era da nossa competência.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Deputado Hugo Oliveira, tem, de novo, a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Se percebi bem, isso significa que foi indicado pela câmara quais eram as cinco que deviam ser reconstruídas. Foi apenas reconstrução ou também apetrechamento?

Esta é uma das questões, mas vou juntar mais uma outra.

Percebi que o financiamento era da própria Cruz Vermelha, mas, depois, quando foram notificados, quem é que vos notificou das irregularidades?

Neste momento, qual é a situação dessas cinco construções?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Dr.<sup>a</sup> Dulce Ferreira, tem a palavra, para continuar.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dulce Ferreira**: — Incluía não só a construção, mas depois o apetrechamento, que seria incluído no âmbito geral do processo REVITA. Portanto, a construção seria com verbas de angariação de donativos próprios da Cruz Vermelha e o apetrechamento, depois, iria ser incluído no âmbito do processo REVITA.

Tivemos conhecimento, através de uma notificação da Polícia Judiciária, de que esta estava a proceder a averiguações sobre este assunto. Inclusive, fomos notificados para prestar informações sobre as casas que estávamos a acompanhar diretamente. Logo que tivemos esse conhecimento, fizemos, então, a suspensão dos pagamentos. Confesso que, na altura, não estava nada ainda em vigor.

Portanto, aquilo que tinha sido feito, já o tinha sido em meses anteriores.

Havia uma casa que tinha dois autos de medição pendentes, nessa altura. Depois, até veio a ser ilibada, digamos assim, não seguiu. Portanto, para essa, acabámos por efetuar os pagamentos.

Tudo aquilo que tinha sido feito, tinha-o sido em data anterior ao nosso conhecimento sobre esses processos que estariam em averiguações. Automaticamente, todas aquelas situações que estavam para concluir foram suspensas e continuam suspensas até decisão sobre os processos.

Portanto, temos, efetivamente, processos de construção que estão suspensos.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Deputado, tem, de novo, a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Se percebi bem, então, quando a câmara fez a seleção, acabaram por ter indicação das cinco, os procedimentos começaram a decorrer e, depois, houve esta notificação.

Isto significa — se estiver errado, corrija-me — que qualquer irregularidade que havia era anterior à identificação. Ou seja, é na fase de identificação das próprias casas que, a haver irregularidades, elas existiram, e não no processo de construção. Certo?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Sr. Presidente, tenho aqui o resumo de um memorando que pode ajudar o Sr. Deputado e a Comissão a esclarecer esta questão das casas a cargo dos montantes da Cruz Vermelha, que foram doados em conta separada.

É verdade que os trabalhos de financiamento foram interrompidos e, por isso, há um saldo atual que não foi utilizado e que está à espera de alguma entidade dizer: «Olha, é altura de desbloquear a reconstrução desta ou daquela casa». Sr. Presidente, eu tenho aqui um memorando pequeno com o resumo, com a nossa descrição, não é a nossa versão é a descrição dos factos no que se refere às casas que estão agora em análise e que a Dr.<sup>a</sup> Paula Cremon pode sobre eles falar...

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Dr.<sup>a</sup> Paula Cremon, faça favor.

A Dr.<sup>a</sup> **Paula Cremon** (Diretora Jurídica e Advogada da Instituição):  
— Boa tarde a todos.

Antes de mais, muito obrigada eu só queria esclarecer aqui o seguinte: tal e qual como foi dito, de uma forma muito clara, a Cruz Vermelha assinou o protocolo com a Câmara Municipal de Pedrógão Grande, em janeiro de 2018, para a reconstrução das cinco habitações, que ficaram devidamente identificadas no protocolo e, portanto, é bom que fique claro, estas cinco habitações foram identificadas pela câmara municipal, como sendo aquelas onde se pretendia que a intervenção da Cruz Vermelha ocorresse.

Isto faz presumir, e faz-nos concluir, que a câmara municipal, em momento anterior, pela forma que teve por pertinente, alocou cinco imóveis depois de fazer todo o trabalho que lhe competia no sentido de determinar

quais é que eram as habitações que efetivamente cumpriam um dos requisitos que, aliás, constava do protocolo, que era serem uma primeira habitação, significando essa figura de primeira habitação, habitação permanente.

Esta figura da primeira habitação vale muitas vezes aquilo que vale, mas é a habitação permanente dos lesados, portanto daqueles que necessitavam que esta reconstrução ocorresse.

Portanto, a Cruz Vermelha não tem qualquer tipo de intervenção, nem pode ter, quer na forma, quer no conteúdo que determinou a decisão da edilidade de atribuir estas cinco habitações à Cruz Vermelha.

A Cruz Vermelha aceitou aquilo lhe foi dado. A Cruz Vermelha limitou-se a dizer: «Meus senhores, eu tenho um valor. Esse valor, tendo em consideração todas as doações que nos foram realizadas, é objetivamente para ser avocado a esta função, esta função é a reconstrução e é isto que nós vamos fazer».

Como disse a Dr.<sup>a</sup> Dulce — e muito bem — a Cruz Vermelha não tem propriamente vocação de empreiteira e muito menos de construtora civil, nem conhecimentos nessa área e, portanto, aceita como bom aquilo que a edilidade lhe diz que deve fazer, os termos em que o deve fazer, as empreitadas que assume e a partir do momento em que lhe são validados os autos de medição dizendo que foi cumprido, então a habitação onde a intervenção está a ser feita é aquela que vos está atribuída, «olhem, paguem, 10, 15, 20», não interessa. Há aqui um conjunto valorativo que vai chegar a um determinado momento e que vai constar, como consta, e foi por isso que eu pedi para que fosse chamado à colação, a Cruz Vermelha tem, ainda, uma valoração do seu lado, mas tem um valor para o Estado do seu lado e o valor que não está do seu lado está no âmbito judicial.

O dinheiro que é entregue à Cruz Vermelha é dinheiro de que ela é fiel depositária e tinha o objetivo claro de quem necessitava dele no momento

concreto para um objetivo muito concreto, era para isso que o dinheiro ali estava.

Portanto, a Polícia Judiciária, fruto da investigação, vem ilibar a Cruz Vermelha de qualquer responsabilidade e eu acho que é merecedor este grupo de Deputados lerem a acusação que está formulada pelo Ministério Público, posso dizer-lhes que é no âmbito do processo que corre termos sob o n.º 2160/18 do Tribunal de Coimbra, onde, no fundo, tudo aquilo que o Ministério Público considera que são os factos que determinam a capacidade acusatória de alguns e a ilibação de outros está perfeitamente plasmada.

E a Cruz Vermelha, no âmbito deste processo, como lesada, constituiu-se como assistente, e exige — àqueles que efetivamente vierem a ser condenados por prática dolosa ou com negligência grosseira de um conjunto de atos que lhes era vedado e que retiraram dinheiro à Cruz Vermelha que não era dela própria mas do qual ela era fiel depositária, — que o dinheiro seja efetivamente devolvido. E é isto que está neste momento no âmbito judicial e é importante que se saiba que a Cruz Vermelha atuou desta forma pela sua transparência procedimental e pelo facto de ser, acima de tudo, tal e qual como foi no programa REVITA, uma fiel depositária de verbas.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente, se quiser completar a resposta faça favor, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Sr. Deputado, eu vou aqui fazer uma declaração que só me responsabiliza a mim, mas devo dizer que como lição dos rumores justificados ou não — muitos deles justificados —, que estão envolvidos nesta questão que motivou a Comissão Parlamentar de Inquérito, no que diz respeito à Cruz Vermelha encontrámos uma solução que foi aplicada, por exemplo, há um ano atrás no ciclone Idai na Beira.

Na página da transparência da organização humanitária em causa, neste caso a Cruz Vermelha, mas os Srs. Deputados podem considerar que este modelo devia ser um modelo obrigatório para todas as organizações humanitárias, tudo consta nas operações feitas, incluindo cheques bancários desde que seja autorizada a sua divulgação no *site*, tudo consta no *site* da transparência, no que respeita mais tarde à Beira.

Mas mais do que isso introduzimos um novo conceito que é estas operações têm de ter um revisor oficial de contas independente. Isto faz toda a diferença. Considero muito oportuna uma legislação no sentido deste tipo de missões serem acompanhadas de um plano de transparência nos *sites* e terem um revisor oficial de contas independente. Considero isto, repito, muito importante.

Assim aconteceu agora, e com isto termino, Sr. Presidente, mas se eu estou aqui é porque têm interesse em ouvir-me, penso eu, se não não estaria aqui, e a minha experiência dita que é preciso, através da transparência e das contas claras, voltar a dar confiança aos portugueses na generosidade dos atos que têm. Não sei se estou a ser claro.

Quer dizer, falar de Pedrógão, na confusão que houve, é verdade, pode levar a um sentimento que diz, por exemplo: «Eu nunca mais voltarei a dar para situações desta natureza». Ora, isto é um erro, portanto nós temos é de dar confiança à população mostrando, por um lado, a contabilidade em prestação de contas a todo o tempo e, por outro lado, ter um revisor de contas independente com carácter obrigatório e isso, Sr. Deputado, faz toda a diferença.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Paula Cremon**: — Eu só queria que ficasse aqui absolutamente esclarecido o seguinte: esta Comissão está constituída pela forma como os meios do Estado foram utilizados, bem ou mal, ora, que fique

claro aqui que a Cruz Vermelha não utilizou um cêntimo de dinheiros do Estado.

Estamos a falar de dinheiro de doadores privados e, portanto, eu gostaria, repito, que isto ficasse aqui muito claro, porque no que importa à Cruz Vermelha não estamos a falar de má utilização por terceiros, pelo próprio Estado, ainda que através da Cruz Vermelha, de dinheiros públicos. Repito, estamos a falar de dinheiro privado. Estamos a falar de bens privados, no que importa ao REVITA, aos doadores privados, aos bens para apetrechamento privados, estamos a falar no que importa a estas reconstruções a doações privadas. Ora, penso que isto é muito importante tendo em consideração aquele que é o objeto fulcral do vosso trabalho.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Deputado, tem de novo a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

As intervenções foram muito esclarecedoras e gostaria de dizer o seguinte: julgo não estar errado ao dizer que quando é criada a função de coordenador de logística de apetrechamento quem é convidada a ficar com esta responsabilidade é a Cruz Vermelha, e sabendo que a Cruz Vermelha até era quem tinha o menor número de casas atribuídas, eram cinco, se olhássemos para aquele que era o panorama, poderíamos perguntar por que é que é a Cruz Vermelha e não outra instituição a ter só cinco. Ora, eu penso que as respostas foram claras nessa matéria e que se veio a demonstrar depois com a questão da transparência e por aquilo que é o posicionamento da Cruz Vermelha Portuguesa no espectro daquela que era a realidade em Pedrógão.

Mas, dentro daquelas que foram as competências nesta coordenação da logística de apetrechamento das habitações, queria perguntar se a Cruz

Vermelha Portuguesa conseguiu cumprir integralmente este compromisso, para além das questões que já aqui foram ditas, ou se sentiu dificuldades na operacionalização e se sentiu quais foram.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Sr. Deputado, as dificuldades só surgiram perante rumores que começaram a circular e com a intervenção de forças policiais. Nessa altura, os representantes da Cruz Vermelha Portuguesa suspenderam o apoio ao apetrechamento e às reconstruções.

Aliás, é um assunto, devo dizer com toda a humildade, que ainda está por resolver. Portanto, temos aqui entre mãos um problema que o Estado, a Administração Pública, tem de resolver. Isto porque houve uma suspensão do apoio à reconstrução e ao apetrechamento.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — E quanto às propostas de afetação financeira que foram realizadas existe um relatório disto, certo?

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Faça favor.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Sr. Deputado, os nossos relatórios foram mensais e foram todos eles endereçados ao presidente do Fundo, que é o Dr. Rui Fiolhais. Depois, eram anexados, ou, se quiser, diluídos nos relatórios do Fundo.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Relativamente aos donativos em espécie já tivemos aqui oportunidade de ouvir algumas respostas, mas percebi bem que a responsabilidade que a Cruz Vermelha tinha neste processo era pouca ou nenhuma. Certo?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — É verdade, porque a maior parte dos donativos de artigos, por exemplo, eletrodomésticos... Vamos supor, como exemplo: uma grande empresa decide doar 20 frigoríficos e a Cruz Vermelha ao saber da necessidade dos frigoríficos nas casas *A*, *B*, *C* ou *D* diz à empresa para fazer o favor de entregar em Pedrógão. Portanto, os armazéns da Cruz Vermelha em nenhum momento armazenaram artigos destinados a Pedrógão.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Não percebi quem é que definia a atribuição dos bens.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Sr. Presidente, posso passar a palavra ao Sr. Diretor de Operações?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Diretor, faça favor.

O Sr. Dr. **Ricardo Garcia**: — Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Deputado, basicamente, posso dizer que a adesão dos parceiros e da comunidade portuguesa a este evento foi fantástica, como tem sido *habitué* da nossa população. Em todo o caso, houve parceiros que entregavam diretamente os equipamentos nas habitações: o Ikea teve um trabalho fantástico — não que eu seja sócio maioritário da empresa, porque não sou —, mas foi à habitação, levou os equipamentos e montou-os lá; a Bosch o mesmo, também.

Portanto, quanto à Cruz Vermelha — e já no seguimento da pergunta que o Sr. Deputado ia fazer —, a articulação era feita com o município, que indicava que a casa já estava construída e que seria necessário fazer, então, o procedimento de apetrechamento, que seria falar com a família, fazer o diagnóstico essencial da família, das necessidades de equipamentos e passar à fase do apetrechamento. É importante dizer que, neste momento, os equipamentos estão na plataforma logística da Cruz Vermelha, já de forma segura, com o inventário atualizado e acondicionados de forma adequada.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Faça favor, Sr. Presidente, para responder.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, eu estou aqui para ser ouvido e tenho de insistir no seguinte: tenho muito receio de que as questões ligadas a Pedrógão tenham tido um efeito negativo na opinião pública, podendo prejudicar o futuro em termos da generosidade do nosso povo. Este, aliás, foi o motivo de uma grande discussão que tive com uma jornalista que procurava «sangue», a tentar mostrar tudo aquilo que se fez

com grande alarde, grandes manchetes, grandes programas a mostrar armazéns com roupa desorganizada, tudo isso acabava por ser prejudicial à atividade humanitária.

Nos meses seguintes, pessoalmente, senti grande dificuldade e foi preciso ter descoberto uma nova forma de intervenção humanitária, como aconteceu durante o ciclone Idai, em abril de 2019 — não me lembro da data exata mas penso que terá sido em abril de 2019 —, aquele modelo diferente de receber, dar garantias e depois dizer onde foi aplicada a verba que foi doada e no fim entregar a obra, que ficou pronta num tempo, aliás, inferior ao que estava previsto. Isto para dizer que todas as semanas um revisor autorizava as despesas, porque o revisor não era só para rever as contas, a autorização das despesas ia primeiro ao revisor para saber se eram elegíveis ou não, um revisor independente.

Portanto, é preciso ter uma atitude, que eu até diria diferente, para sabermos tratar este assunto. Julgo que isto não está aqui, hoje, aberto a jornalistas, não sei se há aqui jornalistas ou não, mas há jornalismo que prejudica a atividade humanitária, porque as organizações humanitárias vivem exclusivamente desta natureza de generosidade. Posso dizer-vos que o orçamento da Cruz Vermelha Portuguesa é de 60 milhões por ano, e desses 60 milhões, só 1,4 são subsídios do Estado. Portanto, está tudo aqui dito.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Deputado, tem de novo a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sabe, Sr. Presidente, eu percebo o que diz e por isso é que temos esta Comissão, porque ficou, de facto, no subconsciente de muitos portugueses, esta dificuldade e esta desconfiança, e, portanto, é fundamental que se crie esta confiança e é importante esta Comissão por isso.

*Protestos do Deputado do PCP João Dias.*

Eu diria que também consegui perceber que havia uma lista dos bens que eram entregues diretamente. Fiquei com essa ideia, porque os que eram entregues diretamente ficavam registados.

O que pergunto é qual era a relação da Cruz Vermelha com o REVITA?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — A relação era de colaboração, uma vez que, no protocolo assinado em julho, ficou estabelecido que a coordenadora do apetrechamento era a já mencionada funcionária da Cruz Vermelha Dr.<sup>a</sup> Daniela Costa.

A relação era muito próxima no sentido da colaboração e os relatórios da Cruz Vermelha foram sempre entregues a tempo ao REVITA e incluídos no REVITA. Portanto, a relação era próxima e era aplaudida, como, aliás, aqui se verificou, pois, como disse há pouco, tenho aqui a gravação do Dr. Fiolhais, que, em sede desta Comissão, enalteceu e aplaudiu o esforço da Cruz Vermelha nesse sentido, e, em particular, da representante da Cruz Vermelha no Fundo.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Deputado, tem de novo a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Quando a Cruz Vermelha Portuguesa, no dia 8 de março de 2019, faz um comunicado precisamente por causa das questões da comunicação social e do que se tinha levantado

sobre o armazenamento dos bens, eles foram para Coimbra. Certo?! Anteriormente, estavam onde?

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Os bens doados estavam a cargo da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, num armazém, que, aliás, foi filmado por televisões, o qual parece que tinha deficiências, fragilidades — parece! — e que, temos de reconhecer, foi um choque. Esse choque emocional público, que penso ser injusto, teve uma dimensão excessivamente mediatizada da fragilidade da câmara municipal e do seu armazém.

Portanto, há aqui um problema que já mencionei e que vou repetir: olhando para trás — e aqui o Sr. Presidente, que bem me lembro, foi presidente de uma câmara igualmente pequena — reconheço que houve um problema de fundo errado, porque uma câmara municipal com aquela dimensão não teria podido ficar com aquela responsabilidade. E digo isto, porque posso dizer o que penso, estou aqui para isso, só não sei se estou a falar claro. Quer dizer, a Câmara Municipal de Pedrógão Grande não é a câmara municipal de uma cidade, não é?! Temos de ver quantos engenheiros tinha, quantos arquitetos tinha, quantos gabinetes técnicos tinha, quantos armazéns tinha.

A Câmara Municipal de Pedrógão Grande — não me lembro agora qual a sua população, mas era de muito poucos milhares, não sei se 5000, uma coisa dessa ordem de grandeza — não tinha meios! Portanto, há aqui um erro... Eu posso dizer isto... Não tinha meios, olhando agora para trás, porque, na altura, estávamos convencidos de que, à semelhança do que aconteceria normalmente, havia meios para tal. Mas olhando agora para trás, vejo que terá sido um erro de quem decidiu responsabilizar a câmara municipal com meios, ou melhor, admitindo que tinha meios que não existiam.

Não sei se estou a ser claro...

Sr. Deputado, eu sei que estou aqui a dizer «agora, olhando para trás». Na altura, eu próprio, também, que estive lá muitas vezes, nunca admiti aquelas fragilidades. Depois, foi preciso pedir transportes, pedir ao exército, às Forças Armadas, enfim, houve imensas dificuldades. Eu testemunhei imensas dificuldades só depois das decisões terem sido tomadas, colocando... Não é a Câmara de Pedrógão, é as câmaras daquela natureza, em termos de dimensão.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Deputado, tem de novo a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — O Sr. Dr. Ricardo, há pouco, dizia que os bens já estavam registados de forma segura. Portanto, eu senti, nas suas palavras, o que queria dizer com isso e, indo ao encontro, coloquei-lhe a questão.

Queria ainda perguntar, porque já falou, e bem, sobre aquilo que pode ter sido criado com esta imagem, relativamente aos fogos de Pedrógão, em instituições como a Cruz Vermelha. Pergunto-lhe, com a objetividade que, há pouco, também teve — bastante objetividade —, se sentiu que a imagem da Cruz Vermelha Portuguesa pode ter ficado manchada por causa da suspeita de irregularidades no processo de atribuição de apoios do Estado aos incêndios de 5 de junho de 2017.

Com isto, não quero dizer que concorde com essa expressão, longe disso! Aliás, já tive a oportunidade de o dizer aqui. Mas não acha que a imagem ficou manchada?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Faça favor, para responder.

O Sr. **Francisco George**: — Sr. Deputado, com toda a verdade e humildade, os danos reputacionais negativos foram imensos, imensos! E foi preciso, um ano depois, descobrir uma nova maneira de intervir no plano humanitário, como tive ocasião de dizer.

Eu posso aqui testemunhar que os especialistas em comunicação me diziam, constantemente, que eu não devia falar de Pedrógão. E eu achava que era preciso dizer que Pedrógão foi também uma fonte de inspiração, de correção, porque é verdade que as coisas não terão andado todas bem, mas é porque — sublinho — não tínhamos meios para tal.

Nós, quer dizer, Portugal, a Administração Pública, a governação devia ter percebido que os órgãos autárquicos, àquele nível, não podiam ter tamanha responsabilidade de reconstruir 70 casas. Essas 70 casas seriam as licenças aprovadas, não sei se de 10 ou de 20 anos... Enfim, não sei quantas casas serão autorizadas habitualmente, mas não havia meios para tal. Mas isso só se percebeu agora. Portanto, a meu ver, do lado da Administração Pública houve decisões que não terão sido as melhores.

E, aliás, Sr. Presidente, estamos numa Comissão de Inquérito no âmbito político e isso é que interessa, porque no âmbito judicial já foi ultrapassado, no âmbito do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da Polícia Judiciária, já foi feito o trabalho e sabe-se quem são os responsáveis. Agora, aqui, é política e na política houve falhas! Ninguém tem dúvidas disso: nas decisões tomadas como foram tomadas, nos órgãos que foram envolvidos houve erros, mas esses erros só se veem agora, olhando para trás.

Não sei se estou a ser claro, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Ouvi e registo aquilo que acabou de dizer, porque é importante.

Sobre a presença da Cruz Vermelha Portuguesa no terreno, nomeadamente no apoio psicológico, quanto tempo esteve no terreno a apoiar as populações nesta matéria?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente, faça favor de responder.

O Sr. **Francisco George**: — Foram três meses e, Sr. Presidente, Sr. Deputado, esse foi um grande problema, mas não foi da Cruz Vermelha; o problema do apoio psicossocial e das consultas nos centros de saúde foi um problema muito difícil de resolver, por falta de meios e eu, pessoalmente, lidei com esse problema, mas no cargo que anteriormente desempenhava.

Houve uma grande dificuldade em deslocar psicólogos clínicos, psicólogos de terapia familiar, para não falar em psiquiatras — como sabe, o psiquiatra é o último recurso — e os serviços públicos não terão dado a resposta ideal.

O Sr. Dr. **Ricardo Garcia**: — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Ricardo Garcia**: — Sr. Presidente, já agora, aproveito para falar um pouco do trabalho da Cruz Vermelha.

O apoio psicossocial é algo que também vem da génese da Cruz Vermelha e, sinceramente, foi uma das principais abordagens que tivemos, em Pedrógão Grande, com uma equipa bastante completa de psicólogos. Foram cerca de 20 psicólogos que tivemos lá.

Fizemos algo mais, sempre em prol do País. Tivemos, há pouco tempo, um projeto, que durou até há bem pouco menos de seis meses, em

Castanheira de Pera, em Pedrógão Grande, com as escolas, com as populações, sobre a questão da resiliência com o objetivo de criar comunidades mais resilientes. Temos ações muito giras feitas, também com as crianças da escola, sobre como criar crianças mais resilientes e mais preparadas para este tipo de prevenção.

Portanto, a Cruz Vermelha só há pouco tempo saiu do território, sempre numa ótica, primeiro, de emergência e, depois, de continuidade.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente, quer completar a resposta?

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Deputado, tem a palavra para terminar.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Há pouco, disse que, de facto, houve uma série de falhas. Estarei correto, se deduzir das suas palavras, que o poder central falhou neste apoio às populações, na área psicológica?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Sr. Deputado, não me leve mal, mas não é essa a expressão ideal para subscrever.

Houve fragilidades da responsabilidade, mas, sublinho, olhando agora para trás — porque esta visão é muito importante —, podem ser atribuídas a nível central, regional e local, sem dúvida. Não tenho dúvidas sobre isto!

Esta análise política, positiva, devia ser motivo de reflexão para se corrigir, para o futuro, soluções desta natureza. Isto faz-me lembrar, se quiser, a ponte de Entre-os-Rios... A seguir, começaram a ser revistas todas as pontes. Houve ali um desastre, houve erros, mas, agora, temos de saber corrigi-los. Portugal é um Estado — VV. Ex.<sup>as</sup> saberão muito melhor do que eu — que, neste plano, ainda tem medidas a tomar, no sentido do reforço das intervenções de socorro. É claro que a proteção civil de hoje não é a que era no passado, é em tudo muito melhor, mas ainda há espaço para melhorar.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Para terminar, deixe-me comentar também que, de facto, percebi que, quando há um erro, é sempre numa fase posterior que identificamos que este existiu. É normal que assim seja. Deu um bom exemplo, o de Entre-os-Rios, em que havia uma responsabilidade e houve quem, politicamente, assumisse essa responsabilidade. Portanto, concordo com a sua análise.

Inferi das suas palavras, há pouco, que a questão das 70 casas, como dizia, seriam responsabilidade da Câmara Municipal de Pedrógão Grande. Por isso termino, clarificando que não, que seriam responsabilidade do REVITA, porque era o REVITA que a tinha e não a Câmara Municipal de Pedrógão Grande. Estarei errado? Julgo que é isso.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Sr. Deputado, não vou entrar nessa discussão, mas a câmara municipal continuou a ter sempre uma palavra decisiva em termos de seleção, autorização, identificação, em todos os aspetos.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Paula Cremon.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Paula Cremon**: — Se me permitem, quero dizer que não podemos esquecer-nos de que, para a reconstrução, o protocolo foi diretamente celebrado entre a Cruz Vermelha e a Câmara Municipal de Pedrógão Grande, não foi celebrado entre a Cruz Vermelha e o Fundo REVITA.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Terminou o tempo do PSD, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Peço desculpa, Sr. Presidente.

Só para ficar claro: a Sr.<sup>a</sup> Doutora estava a falar das cinco casas e eu estava a falar das 70. São coisas diferentes! Das cinco, sim, mas das 70 já é algo diferente, porque são do REVITA.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Ricardo Vicente.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero deixar um agradecimento ao Dr. Francisco George, como Presidente da Cruz Vermelha, pelas declarações que aqui veio deixar, bem como às pessoas que o acompanham nesta Comissão.

Queria demonstrar a total solidariedade do Bloco de Esquerda com todas as populações afetadas pelos incêndios de 2017 e deixar um

agradecimento a todos aqueles que se mobilizaram para responder a esta catástrofe de enorme impacto regional e, também, para o País.

De facto, esta situação comprovou a insuficiência da política pública na prevenção de incêndios florestais e rurais no País e, também, a insuficiência do sistema de proteção civil para evitar todos os danos causados. Por isso, é muito relevante que pensemos sobre a origem destes problemas e construamos propostas de resolução futuras para que situações como estas não venham a repetir-se.

Efetivamente, a atividade da Cruz Vermelha ocorreu fora do objeto de trabalho desta Comissão, dado que esta se debruça sobre a aplicação de dinheiros públicos, como já aqui foi referido e estamos plenamente de acordo.

Todavia, quero apenas deixar-lhe duas questões: primeira, considera que parte das irregularidades e insuficiências das medidas de apoio público, detetadas até ao momento, encontraram alguma justificação na incapacidade de serviços locais e nacionais do Estado para apoiar as populações em situações de emergência com esta magnitude?

Concordando com esta situação, a segunda pergunta é a seguinte: consegue identificar algumas medidas de capacitação das organizações e dos serviços centrais para apoiar a população em eventos futuros, e quais? Que medidas são essas que deveriam estar a ser tomadas para evitar a repetição de eventos tão dramáticos como este?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado representante do Bloco de Esquerda, tenho muito gosto em responder às perguntas que formula, justamente pela maneira como as equacionou.

Devo dizer-lhe que concordo com o pensamento que explicita, mas há um processo judicial que está a decorrer sobre as questões que colocou e, por isso, digamos, estamos limitados pelo segredo de justiça, em alguma parte, como está aqui a nossa jurista a dizer-me.

Mas posso assegurar que reafirmo o que já tive ocasião de dizer e que só me responsabiliza a mim, como Francisco George, Presidente da Cruz Vermelha, não é a Cruz Vermelha, não é a opinião que não debati nos órgãos da Cruz Vermelha, é a minha opinião de cidadão, depois de uma muito longa e demorada reflexão: estou certo de que a principal fragilidade residiu na questão de a Administração Pública não estar preparada para responder a estas catástrofes. É preciso multiplicar exercícios; é preciso reforçar ainda mais os serviços de bombeiros e da Proteção Civil; é preciso termos em conta que os gabinetes técnicos, que são indispensáveis, devem estar junto e não longe da população.

Eu tenho uma experiência pessoal e familiar que não resisto em transmitir. Por mero acaso, a minha mulher, que, aliás, já partiu, foi a arquiteta principal e coordenadora do projeto de realocação da Aldeia da Luz. Isto para dizer que se trataram de pouco mais de 300 famílias e o que está aqui a discutir-se é infimamente mais pequeno do que aquilo que se passou em Mourão, com uma câmara municipal da mesma dimensão, curiosamente, ou ainda menor, porque o município de Mourão não chega aos 3000 habitantes e a Aldeia da Luz é a sua principal freguesia.

Ninguém aqui imagina o que se passou em termos de não obedecer aos critérios que tinham sido definidos para ter esta ou aquela construção para esta ou aquela família.... Não houve comunicação, porque houve desinteresse dos *media*, mas estas questões dos critérios de habitação são sempre um motivo de luta familiar, porque uns querem mais, outros querem melhor, outros querem distinguir-se. Isso eu vivi, Sr. Deputado, diariamente, ao longo de muitos anos.

Portanto, fica aqui uma nota para dizer que era de esperar que a reconstrução de 60 casas, com o foco que teve, em termos de holofotes, ia ter o resultado que teve. A meu ver, hoje, poderei dizer, se alguém me perguntasse — como, aliás, o Sr. Deputado acabou de o formular — o que deveria ter sido feito, provavelmente o melhor teria sido ter montado, como aconteceu na Aldeia da Luz, um gabinete técnico, mas, neste caso, em Pedrógão Grande. Penso que terá havido esta fragilidade, diria. As coisas teriam corrido muito melhor se a autoridade do Estado tivesse sido sentida em Pedrógão Grande, através de um gabinete técnico com autoridade do Estado, mas não, estava a CCDR em Coimbra, que é muito longe, e estava o poder central no Terreiro do Paço.

Há aqui, portanto, questões que não podem ser todas atribuídas, em termos da incompetência aparente dos representantes autárquicos locais. Não sei se estou a ser claro. Isto é o que eu penso.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Deputado, tem de novo a palavra.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Sr. Presidente, quero apenas agradecer as respostas claras às questões que foram colocadas.

E dadas as perguntas que já foram feitas anteriormente pelos Deputados, não tenho mais nenhuma questão a acrescentar.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Muito bem, Sr. Deputado. Sr. Presidente, quer acrescentar algo mais?

O Dr. **Francisco George**: — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Muito obrigado pela sua disponibilidade e pela eficácia no tempo que usou.

Sr. Deputado João Dias, do Partido Comunista Português, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Queria cumprimentar o Sr. Presidente, os Srs. Deputados e, em particular, o Dr. Francisco George, Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa e a delegação que o acompanha.

Dr. Francisco George, já respondeu a muitas questões. Nesta fase, as muitas questões que o PCP tinha aqui já foram respondidas e esclarecidas. Agradeço-lhe também os esclarecimentos que aqui prestou.

Contudo, permita-me que faça uma nota prévia, tendo em consideração que também disse, há pouco, a seguinte frase que retive: «estamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito político». Acrescentaria, se me permitir, que estamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito da chicana política. A verdade é esta!

Eu, como Deputado, tenho o dever, aliás, tenho uma legitimidade democrática que me permite, também, fazer a avaliação de uma Comissão de Inquérito que surgiu não para identificar onde falharam os apoios, não para identificar onde é que as ajudas deveriam ter sido... E é bem exemplo disso o questionamento feito pelo PSD, em que o Sr. Deputado Hugo Patrício Oliveira não se preocupou em identificar faltas de apoios, faltas de ajudas à população, mas sim irregularidades.

Ora, o PCP tem uma posição clara: irregularidades existiram, as entidades judiciais devem esclarecê-las e julgá-las e, efetivamente, julgá-las e regularizá-las e não compactuamos com irregularidades nem com ilegalidades e, se elas aconteceram, devem ser corrigidas.

Quanto aos apoios, isso sim, é a nossa preocupação; quanto às ajudas, essas sim, são a nossa preocupação, porque estamos a falar de duas matérias

muito preocupante, sendo que uma tem a ver com as perdas, que foram significativas. Foi um drama que se abateu sobre aquele território e sobre aquela população, com perda de vidas humanas e isto é algo muito significativo. E, ao contrário daquilo com que o PSD se preocupa aqui, com a tentativa de transformar as vítimas em vigaristas, contribuindo para essa lama, nós entendemos que as vítimas são vítimas, sempre foram vítimas e não são vigaristas, como aquilo que querem aqui fazer crer.

Mas há outra questão muito importante, que foi aqui aflorada e que não podemos permitir. Estamos a falar de grande parte da resposta, que foi solidária, e temos de reconhecer o contributo que os portugueses deram, o apoio, a ajuda, a solidariedade, temos de respeitar o contributo da população portuguesa perante um drama como o que se verificou. Por isso, o PCP não dá para esse peditório da caça às bruxas, que aqui muitas vezes vem, por parte do PSD.

Nós não temos essa postura. A nossa postura é justa, séria e criteriosa, no que tem a ver com o apoio à população, que foi bastante afetada. E, nesse sentido, Sr. Presidente, o senhor já deu bastantes esclarecimentos, mas gostaria de perguntar-lhe que situações críticas ficaram por atender. Enquanto foi Presidente da Cruz Vermelha, que situações é que, hoje, poderá identificar? Isto é simplificar o processo, é verdade, mas se quisermos fazer uma avaliação justa temos de fazer isto: olhar para o que havia antes, identificar o que se perdeu e olhar para o que foi ajudado. E, pegando nestes três momentos, ver se aquilo que é o processo final de apoios e ajudas compensa, se foi justo, relativamente ao que existia previamente a este evento.

É por isso que lhe quero perguntar que situações críticas ficaram por atender, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Bem, devo dizer que grande parte das afirmações do Sr. Deputado têm a minha simpatia, porque, realmente, há vítimas que sofreram ou desapareceram e esse grande problema poderia ter sido evitado.

É preciso distinguir várias fases, Sr. Deputado. No início, no próprio dia ou logo no dia seguinte, a grande fragilidade teve a ver com os sinaleiros dos caminhos de fuga. Esse foi o grande problema que seria evitável se os exercícios tivessem tido lugar antes, para preparar a forma de fuga dos habitantes da região. O grande drama foi sobretudo esse. Aquelas mortes naquele troço de estrada, que visitei no próprio dia, é, de facto, um drama que me tem perseguido sempre. Como é que estando ali a 50 m da estrada nacional não foi possível organizar sinaleiros para evitar aquela desgraça, aquela tragédia?

Além disso, há outros problemas. Agora, de uma perspectiva política, podemos olhar para trás e ver que o nosso Estado, provavelmente, é demasiado centralizado, a nível regional ainda é frágil. Posso testemunhar da dificuldade de levar médicos do Hospital de Coimbra — um dos maiores hospitais do País senão mesmo o maior, do ponto de vista físico — para o serviço de proteção civil! Não quero ofender os Srs. Deputados, mas, de facto, o Estado tem uma rede, uma malha jurídica tão apertada que as nossas leis não preveem exceções para mobilizar, de repente, médicos daqui ou dali para irem para onde poderiam ir. Eu testemunhei essa dificuldade, nomeadamente, no âmbito do apoio psicossocial, mas testemunhei como Diretor-Geral da Saúde, ao telefone com o Ministro Campos Fernandes, em permanência: «Mas falta isto, falta aquilo; mas manda vir isto, manda vir aquilo; então, e Coimbra? Então isto, então aquilo?». E, realmente, era uma dificuldade de mobilizar meios públicos para esse fim.

Portanto, há questões que devem ser analisadas por quem tem esta missão — julgo eu saber, VV. Ex.<sup>as</sup> — e ver o que pode ser feito para que no futuro possa ser evitada uma tragédia desta dimensão.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente Francisco George, veja bem que me falou de uma questão tão relevante, mas tão relevante como é a segurança das populações, e o PSD pode dar as voltas que quiser, mas nem considerou isto no objeto desta Comissão. Veja bem qual é o objetivo político desta Comissão!

A segurança das populações é para nós também fundamental e, embora não seja objeto da Comissão de Inquérito, temo-la colocado sempre. Em muitas situações, a muitos dos depoentes, temos colocado essas questões, e o Sr. Presidente, e muito bem, identificou aqui lacunas, e é preciso que se aprenda com estes erros para que não aconteçam mais desgraças.

Há uma questão que ficou aqui clara, que é a de, no fundo, a Cruz Vermelha ter um papel de fiel depositário de verbas e de gerir os donativos em espécie.

Tendo em consideração o grande volume e importância que teve a Cruz Vermelha na gestão destas situações, a Cruz Vermelha nunca tomou parte de alguma decisão? Ou seja, nunca foram ouvidos relativamente a apoios, quer seja na reconstrução das habitações, quer seja em relação a outros apoios?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Não tenho conhecimento de qualquer decisão, de qualquer aspeto nesse domínio, da responsabilidade da Cruz Vermelha. Mas dá-me licença que passe a palavra ao Sr. Dr. Ricardo Garcia?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Ricardo Garcia**: — Obrigado, Sr. Presidente.

A única decisão, e não é uma decisão, é o diagnóstico da triagem das necessidades das famílias, das necessidades das casas, onde era, então, aconselhado um portfólio de equipamentos considerados necessários para equipar a casa. Isto era apenas derivado do diagnóstico de necessidades e não uma decisão simples.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Parece-nos importante, já que há sempre muitas dúvidas e é criada uma neblina de suspeição, que lhe pergunte o seguinte: Sr. Presidente, tendo em consideração que a Cruz Vermelha não participou na decisão, mas tendo sido um ator ativo e proativo nesta situação, identificou ou alguma vez assistiu a algum tratamento diferenciado entre os diversos municípios quanto à resolução de problemas e situações?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Não, esse aspeto nunca foi apresentado nem descrito.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Faça favor, Sr. Deputado, novamente.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Ainda nessa sequência, alguma vez a Cruz Vermelha ou algum funcionário da Cruz Vermelha foi sujeito a pressões de alguma natureza para que os apoios pudessem ser canalizados para uma ou outra situação?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Não, Sr. Deputado, isso só teria sido possível se a Cruz Vermelha decidisse e a Cruz Vermelha nunca decidiu sobre o apoio a esta ou àquela habitação, ou a esta ou àquela família. Portanto, as famílias eram selecionadas antes da intervenção da Cruz Vermelha.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barrete): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — E quanto aos representantes das diversas entidades no processo — os representantes do Fundo REVITA e tudo o mais —, alguma vez identificaram divergências entre eles quanto à canalização desses apoios?

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Não tenho nenhuma informação — e tenho estado sempre atento, como imaginam — sobre qualquer divergência entre os representantes das entidades que foram envolvidas, quer a nível da Administração Pública, quer da administração local.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente Francisco George, as segundas habitações, naturalmente — enquadrando-as naquilo que representam para uma família, é a sua segunda habitação —, terão menor prioridade na sua recuperação comparativamente a uma primeira habitação. Essa tem sido a manifestação de todos os depoentes que até agora temos tido aqui. Aliás, muita gente ligada ao território considera que as segundas habitações acabam por ter um papel tão importante como a primeira habitação, considerando que elas continuam ainda a manter o tecido económico e social vivo daquele território.

O PCP também deixou isto muito claro: quem perdeu algo, do qual não foi culpado, foi vítima, não tendo capacidade para o recuperar, independentemente de ser primeira ou segunda habitação — acautelando sempre, naturalmente, a questão relativa à prioridade, pois entendemos que a prioridade é para quem perdeu a sua única habitação, a primeira habitação, —, e não tendo outro teto, essa recuperação teria de ser prioritária.

Mas, neste momento, muitas das segundas habitações estão por recuperar. Aliás, ficámos a saber pelo Dr. Rui Fiolhais que as segundas habitações só não foram recuperadas porque não há verba. Contudo, no Fundo REVITA ainda existe cerca de um milhão de euros — e vamos falar do que se pode dizer garantidamente, tendo em conta os processos que ainda estão a decorrer —, um pouco mais, talvez; a Cruz Vermelha também ainda tem um saldo que pode utilizar, e queria questioná-lo...

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Vou terminar, Sr. Presidente, com a mesma tolerância que deu aos outros grupos parlamentares.

Sr. Presidente, por um lado, queria perguntar-lhe qual a importância que atribui às segundas habitações naquele território e, por outro, se a Cruz Vermelha entende que o dinheiro que tem à sua responsabilidade, a verba que tem, poderá, também ela, ser utilizada para este fim, para as segundas habitações que ainda estão por recuperar.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Sr. Deputado, peço desculpa, não me leve a mal, mas já tenho aqui dito que não conduzi este *dossier* pessoalmente, conduzi-o antes, até 20 de outubro, como tive ocasião de sublinhar. Portanto, tem de perguntar à Sr.<sup>a</sup> Diretora-Geral e ao Sr. Diretor sobre o rigor da palavra dada.

Acabo de confirmar que a nós só nos colocaram sempre a intervenção nas primeiras habitações. Esta foi a encomenda, diria, que nos apresentaram, as primeiras habitações, exclusivamente. Isto não quer dizer que o Sr. Deputado não tenha razão, porque essa questão também se colocou na Aldeia da Luz e nunca foi estudada. Mesmo as escolas de ciências sociais e humanas nunca estudaram os procedimentos de deslocalizar uma aldeia 5 km. Esta questão também foi muito debatida na altura.

Mas, como eu estava a dizer, em relação a Pedrógão e aos municípios, a nós atribuíram-nos o equipamento de primeiras habitações.

O Sr. Dr. **Ricardo Garcia**: — E as que não acabaram e que aguardam decisão do processo judicial.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — E aquelas habitações que não acabaram agora vão a processo judicial e nós, aliás, temos uma preocupação, porque temos umas dezenas de eletrodomésticos em armazém para serem

atribuídos a pessoas que precisam, mas isto tem a ver com a nossa administração.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Dulce.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dulce Ferreira**: — Penso que sobre esta questão que o Sr. Deputado colocou, não tendo tido a Cruz Vermelha qualquer intervenção neste processo de decisão, como já aqui ficou claro, o que posso dizer é que, sobre o remanescente das verbas, a Cruz Vermelha aguardará que seja tomada uma decisão sobre essa questão. Ou será sobre as habitações que estão em processo judicial, se assim se entender, ou será outra decisão... Nós temos as verbas alocadas e essa será uma decisão que não nos compete, a nós, mas alguém tomará essa decisão e a Cruz Vermelha acatará de acordo com o que ficar decidido.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Srs. Deputados, vamos passar à segunda ronda de perguntas.

Queria, então, informar o Sr. Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, Dr. Francisco George, bem como a delegação que o acompanha, que, nesta segunda ronda, cada grupo parlamentar dispõe de cinco minutos e a resposta será dada no final de todas as intervenções, num tempo global de 10 minutos, uma vez que estão inscritos dois grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rui Cruz.

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Dr. Francisco George, gostaria de me socorrer das intervenções que fomos ouvindo ao longo desta audição, nas quais ouvimos algumas conclusões e algumas afirmações e, na sequência disso, gostaria de questioná-lo.

O Dr. Francisco George disse que, se recuarmos três anos, não foi assim tão fácil mas, hoje, olhando para trás, parece que tudo foi fácil e tudo foi simples.

Disse que houve coisas que, vistas hoje, não correram tão bem, mas que, à época, não terão sido tão fáceis de resolver e que estes incêndios deveriam servir, pelo menos, para aprendermos com acontecimentos inesperados, que acontecem, quando menos se espera, e sabemos que até houve aqui, do ponto de vista climático, algumas particularidades que levaram àquele tipo de acontecimentos.

O Sr. Doutor, acompanhou, noutras funções, os incêndios de outubro...

**O Sr. Dr. Francisco George:** — Sim, sim!

**O Sr. José Rui Cruz (PS):** — ... tanto quanto julgo saber, e, pelo que percebemos, nos incêndios de outubro aconteceu exatamente isso, ou seja, a dimensão da tragédia foi muito maior, a área ardida foi muito maior, o número de habitações danificadas foi muito maior, o número de empresas que arderam foi muito maior e quase não se deu conta de que o problema foi tão grande. Porquê? Porque o Estado foi muito mais competente e muito mais capaz na sua intervenção, porque, se calhar, aquilo que diz é exatamente verdade, ou seja, o Estado foi capaz de perceber o que é que não devia fazer, tirando conclusões, tal como disse, não voltando a fazer o que aconteceu menos bem.

Ora, isso já não foi feito e o Estado assumiu e chamou a si um conjunto de procedimentos, nomeadamente centralizando nas Comissões de Coordenação as empreitadas e os apoios às empresas através dos fundos que conhecemos, e não vimos que tivesse havido, atendendo às centenas se não

milhares de casas afetadas, 1/5 ou 1/10 dos problemas que aconteceram nos incêndios de junho.

Portanto, essa lição foi tirada e deu resultados.

Pergunto, concretamente, o seguinte: quando disse que algumas coisas correram mal, vistas à luz de hoje, gostaria que concretizasse o quê. Concretamente, o quê? Era uma forma de expressão, ou referia-se a algum ato que ache que, concretamente, correu mal?

Há uma nota que o Dr. Francisco George diz, que, de facto, o PS subscreve e que é a seguinte: é notório que quatro meses depois, atendendo àquelas que foram as notícias permanentes de que os donativos estavam a ser mal utilizados, os donativos dos portugueses caíram drasticamente, pois a confiança dos portugueses baixou de forma drástica.

Isso foi verdade, foi notório que aconteceu e não sei qual foi a partir daí a vossa relação com as pessoas que fizeram as doações, não sei o que aconteceu a partir daí, mas, naquele momento, foi verdade, porque nos incêndios de outubro todas as pessoas que queriam fazer doações, fizeram-nas diretamente aos que foram afetados e não confiaram neste conjunto de fundos, como aconteceu nos primeiros incêndios.

Depois houve muitas outras coisas, como referiu o Dr. Francisco George, que foram muito melhoradas, é verdade, e falou no caso do acidente da Ponte de Entre-os-Rios como exemplo. Aliás, há uma coisa que também sabemos: a Proteção Civil desde esse tempo foi muito melhorada, muito valorizada, todos nós e o Governo temos vindo a apreciar cada vez mais a Proteção Civil e também na área florestal têm sido tomadas medidas que permitirão minimizar a probabilidade de acontecer um fenómeno destes, mas nunca estaremos livres de que possa vir a acontecer.

Sabemos que a Cruz Vermelha fez um trabalho meritório, notável, atendendo às circunstâncias poderemos perguntar se poderia ter feito melhor, mas fez aquilo que lhe foi pedido num momento delicado para todos, num

momento de grande dificuldade numa região com poucos meios, como disse, com municípios pequenos, com poucos meios técnicos e em que a experiência das pessoas no terreno também era pouca e não sabiam muito bem como resolver o problema, sendo que o próprio Estado estava com dificuldade em ultrapassar as dificuldades.

Assim, queria agradecer a vossa presença, a vossa disponibilidade e felicitá-los pela vossa colaboração.

O Sr. **Presidente**: (Joaquim Barreto) — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estava aqui há pouco a ouvir esta acusação do Partido Comunista Português ao PSD de que havia chicana política e quero dizer-lhe que isto de acusar e depois praticá-la tem muito que se lhe diga!

Mas, de facto, quando – e é para entendermos isto uma vez por todas – esta Comissão fala não é de vigarices; é de irregularidades e como dizia, e muito bem, há pouco, eventuais irregularidades que possam ter existido. A expressão é sua, disse bem, eventuais irregularidades, até porque há um processo. Não podemos confundir os portugueses, porque se há processos judiciais é porque há, possivelmente, irregularidades se não não haveria esses processos. Então, vamos esperar e é por isso que devemos ser bem claros no que dizemos sobre esta matéria.

Há pouco, falámos da questão da assunção de responsabilidades e parece-me, e questiono-o, que a Comissão Técnica do REVITA não deveria assumir as suas responsabilidades na atribuição dos apoios para as habitações.

Termino, dizendo e realçando aquele que foi, e é, o trabalho exemplar da Cruz Vermelha Portuguesa neste processo e eu, até, diria que deveria servir de exemplo, como disse, e bem, há pouco, e tenho pena que, eventualmente, algumas entidades públicas não tenham tido a mesma lisura e a mesma capacidade de transparência que a Cruz Vermelha Portuguesa teve neste processo.

Portanto, dou os parabéns à Cruz Vermelha Portuguesa e agradeço a vossa presença.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Para responder, tem a palavra o Sr. Presidente.

O Sr. Dr. **Francisco George**: — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer as perguntas colocadas.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado José Cruz, do PS, que teceu comentários, os quais, eu diria, na grande parte ou na sua totalidade eu subscrevo, sobre o que é que terá corrido mal, eu já aqui tive ocasião de dizer, mas repetir também nunca é demais, que houve coisas que não correram bem, isto é, há aspetos que até correram mal. Não vamos dizer que correu tudo bem, porque não é verdade; há aspetos que correram mal, desde logo, já o disse, a questão das rotas de fuga e da falta de sinaleiros competentes para tal.

Este é um assunto que me chocou muito, porque eu estive lá, e ainda não percebo como é que ali, a tão poucos metros da estrada nacional, estas questões aconteceram, mas isto tem a ver com a falta de preparação, na altura, dos meios de Proteção Civil que não terão feito exercícios, exercícios esses que, aliás, apareceram a seguir com aquela sinalização dos abrigos, dos percursos que as pessoas devem ter, etc. Foi, aliás, um trabalho bem feito pelos serviços da Administração Interna.

Portanto, há aspetos que correram mal e, com certeza, que não vamos atribuir responsabilidade a quem ia a conduzir as viaturas a fugir do fogo e, portanto, há ali questões que têm a ver com a responsabilidade do Estado e eu não vou adiantar-me, mas fiquei abalado no plano pessoal. Sublinho: tive responsabilidades públicas até 20 de outubro de 2017 e é nesse contexto que estou a falar como cidadão.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Hugo Oliveira, do PSD, sobre as irregularidades, acho que as questões que coloca têm todo o sentido e não são inimigas das questões que tinham sido colocadas pelo Sr. Deputado do PCP, porque não há dúvida de que há irregularidades – aliás, há questões que foram analisadas, primeiro, pelo Tribunal de Contas e, depois, pela Polícia Judiciária, pelo Ministério Público e há várias entidades inspetivas que detetaram alguns problemas em relação aos critérios da reconstrução e tudo indica que há entidades lesadas e uma delas é a própria Cruz Vermelha.

Por isso é que eu próprio, na sede da Polícia Judiciária, recebi um documento que dizia: «façam favor de colocar uma ação, porque a Polícia Judiciária considera que a Cruz Vermelha foi lesada» e deram-me um certificado para habilitar a Cruz Vermelha a colocar uma ação cível e a assistir ao processo, etc.

Agora, a questão colocada pelo Sr. Deputado do PSD não é inimiga da colocada pelo Sr. Deputado do PCP, porque são questões diferentes. Há vítimas, é verdade, e as irregularidades poderão, inclusivamente, a terem tido lugar, não serem associadas às vítimas...

Portanto, eu queria aqui fazer uma ponte entre essas posições, que considero não serem inimigas uma da outra, mas que há irregularidades que, certamente, terão tido lugar e que serão apuradas e que as vítimas sofreram desnecessariamente, isso também é verdade e são populações pobres, são populações que precisam de muito apoio, são muitos idosos... Aliás, um dos

problemas principais com o qual, como Diretor-Geral da Saúde, estive confrontado, vejam bem, foi com a aquisição de medicamentos nas farmácias, para as pessoas continuarem os tratamentos de problemas crónicos, porque tinham interrompido a terapêutica. Isto foi um problema de que ninguém falou na imprensa. Foi um dos problemas mais delicados que teve de ser imediatamente resolvido, por exemplo, para uma insuficiência cardíaca não ficar descompensada, para uma insuficiência respiratória não criar problemas.

Isto é verdade: há vítimas! E que ninguém duvide disso. Portanto, estamos perante um problema que Portugal sofreu e que os Srs. Deputados, naturalmente, terão de analisar e refletir de uma maneira que só a Câmara pode decidir.

Queria agradecer, em nome da Cruz Vermelha Portuguesa, a atenção que foi dada pelos Srs. Deputados a este assunto, sem nenhuma exceção, porque isto é um assunto que interessa a todos os grupos parlamentares, a todos os Deputados e a todo o País.

Gostava que todos trabalhássemos no sentido de ultrapassar desconfianças, como aqui foi citado, através, por exemplo, do seguinte: se um peditório dos bombeiros que andam aí com um altifalante em cima de um carro a vender senhas tem de ter licenças, porque é que uma conta de donativo para determinado fim humanitário não terá de ter algumas regras? Penso eu. É a minha proposta.

Portanto, insisto na divulgação, insisto na divulgação na *net*, na página da transparência da organização em causa e insisto no revisor de contas que tem de responder perante a população, neste caso através, naturalmente, de quem colocar dúvidas.

Sr. Presidente, gostei muito de o rever, lembro-me muito bem de si na câmara na altura das nossas lutas que eram explorar as termas do Gerês. Ai, as dificuldades que havia no Gerês... A Direção-Geral da Saúde tinha tutela

das termas no País e conheci o Presidente da Comissão, Joaquim Barreto, como um homem invulgarmente dedicado à defesa das populações e do tecido económico e industrial do País. Sempre me ficou essa memória e por isso tenho muito gosto em revê-lo.

Penso que terei cumprido a missão. Agradeço, uma vez mais, esta oportunidade e o Sr. Presidente fará agora o que entender.

O Sr. **Presidente** (Joaquim Barreto): — Sr. Dr. Francisco George, também foi um gosto revê-lo.

Quero manifestar-lhe o meu apreço pelo trabalho que desempenhou enquanto Diretor-Geral da Saúde, que me atendeu mais do que uma vez nas suas instalações, pela eficiência, pela dedicação e pelo empenho, com resultados alcançados, na Direção-Geral de Saúde e agora também na Cruz Vermelha Portuguesa. Igualmente saúdo os colegas que o acompanham e agradeço a presença.

Agradeço também às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados e às assessoras, na pessoa da Dr.<sup>a</sup> Inês. Foi um gosto estar convosco.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 19 horas e 20 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.